

ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM FRENTE A PANDEMIA POR COVID-19

ANALYSIS OF THE WORKING CONDITIONS OF NURSING PROFESSIONALS FACING THE COVID-19 PANDEMIC

Artigo de Revisão

Letícia Costa de Araújo¹

 <https://orcid.org/0000-0003-4048-9034>

Marina Pereira Moita²

 <https://orcid.org/0000-0002-1920-480X>

Lucas Freitas Ximenes³

 <https://orcid.org/0000-0002-4193-565X>

Resumo

No contexto pandêmico pelo novo coronavírus (COVID-19), declarado em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), tornou-se necessário a reestruturação dos serviços de saúde e a adaptação dos profissionais atuantes neste cenário. Diante de condições de trabalho insalubres e sobrecarga de trabalho, surgem agravos ocupacionais, de aspecto biopsicossocial. Destaca-se os profissionais de enfermagem, maior carga de trabalhadores da saúde no Brasil, que lidam diariamente com casos suspeitos ou confirmados desta doença. Neste estudo, analisaram-se as evidências científicas acerca das condições de trabalho dos profissionais de enfermagem no contexto de pandemia por COVID-19. Revisão integrativa, realizada no período de março a junho de 2022, baseada no método de seis etapas e construída conforme a metodologia PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses). Realizaram-se buscas na biblioteca digital SciELO, PubMed e nas bases de dados indexadas à BVS, por meio dos descritores "Enfermagem", "Saúde do Trabalhador", "COVID-19", "Condições de Trabalho" e "Riscos Ocupacionais", sendo selecionados 04 estudos após aplicação dos filtros. Evidenciou-se os impactos da pandemia no complexo biopsicossocial dos profissionais de enfermagem e a necessidade de valorização desta categoria, por meio da implementação de políticas públicas de proteção e segurança ocupacional pelos gestores das instituições de saúde.

Palavras-chave: Enfermagem. Saúde do Trabalhador. COVID-19. Condições de Trabalho. Riscos Ocupacionais.

Abstract

In the pandemic context by the new coronavirus (COVID-19), declared in March 2020 by the World Health Organization (WHO), the restructuring of health services and the adaptation of professionals working in this scenario have become necessary. Faced with unhealthy working conditions and work overload, occupational diseases of a biopsychosocial aspect arise. The nursing professionals, the largest burden of health workers in Brazil, who deal daily with suspected or confirmed cases of this disease, stand out. In this study, we analyzed the scientific evidence on the working conditions of nursing professionals in the context of the pandemic by COVID-19. Integrative review, conducted from March to June 2022, based on the six-step method and built according to the PRISMA



Copyright (c) 2025 Essentia - Revista de Cultura, Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Vale do Acaraú
This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

¹Enfermeira pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Mestre em Saúde da Família pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Sobral. Ceará. Brasil.

²Enfermeira pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Mestre em Saúde da Família pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza. Ceará. Brasil.

³Licenciado em Física pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Mestre em Física pela Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. Ceará. Brasil.

methodology (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses). The digital library SciELO, PubMed and the databases indexed to the VHL were searched using the keywords "Nursing", "Occupational Health", "COVID-19", "Working Conditions" and "Occupational Risks", and 4 studies were selected after applying the filters. The impacts of the pandemic on the biopsychosocial complex of nursing professionals and the need to value this category through the implementation of public policies of occupational protection and safety by the managers of health institutions were evidenced.

Keywords: Nursing. Occupational Health. COVID-19. Working Conditions. Occupational Risks.

INTRODUÇÃO

A doença do novo Coronavírus-2019 denominada (COVID-19) é uma enfermidade respiratória causada pelo vírus SARS-CoV-2, declarada uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020 (OPAS, 2021), o que levou à necessidade de reestruturação das ações e serviços de saúde devido à alta demanda de indivíduos com sintomas gripais, assim como o risco de contaminação dos profissionais de saúde, o que fortaleceu a realização de estudos voltados para a segurança ocupacional destes trabalhadores.

Dentre os profissionais protagonistas no atendimento de situações emergenciais de casos do novo coronavírus, destacamos os enfermeiros, que atuam nos diversos níveis de complexidade do Sistema Único de Saúde (SUS), ou seja, na atenção primária - ou básica -, secundária e terciária, desde os cuidados preventivos, como a vacinação da população nas unidades de saúde; promotores da saúde, como as campanhas de orientação sobre a etiqueta respiratória; até os cuidados pós-morte, nas instituições hospitalares.

Nessa perspectiva, no Brasil, o SUS dispõe de um enorme contingente de profissionais de saúde, representando atualmente mais de 3,5 milhões, dos quais cerca de 50% atuam na enfermagem, estima-se em torno de 1,6 milhões de profissionais. A enfermagem hoje no país é composta por um quadro de 80% de técnicos e auxiliares e 20% de enfermeiros (IBGE, 2010; Cofen; 2015). Ademais, apesar da importância da desta categoria nas atividades de assistência, pesquisa, ensino e gestão, as condições de trabalho, muitas vezes, são insatisfatórias.

Vale destacar a Lei Orgânica do SUS, nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Brasil, 1990), que garante a promoção e proteção da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, bem como a recuperação, reabilitação e assistência às vítimas de acidentes, doenças e agravos relacionados ao trabalho. Assim, o bom desenvolvimento das atividades nos serviços de saúde depende da sua organização em relação à segurança e saúde dos seus trabalhadores.

Estudos realizados por Machado *et al.* (2016) e Fernandez *et al.* (2021), apontam que mais da metade do contingente de profissionais da enfermagem no País vive em condições precárias de sobrevivência com subsalários, subempregos e subjornadas nos três setores estudados (público,

privado e filantrópico), assim como falta de segurança no ambiente de trabalho e esforço físico em excesso, o que leva a desgastes físicos e mentais, como fadiga, estresse, insatisfação e intenção de abandono da profissão, o que impacta no resultado dos serviços prestados por estes trabalhadores da saúde.

Conforme Machado (2020), a realidade brasileira é apresentada por condições precárias de trabalho, distanciando-se do trabalho decente que é preconizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), conforme descrito a seguir.

O trabalho decente consiste na missão histórica de promover oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável (OIT, 2022).

Além disso, em tempos de pandemia pelo novo coronavírus, podemos citar os seus impactos na saúde física e mental dos profissionais de saúde, inclusive os de Enfermagem, como sentimentos de impotência, angústia, medo, tristeza, estresse, ansiedade, depressão e síndrome de esgotamento profissional (Caram *et al.*, 2021; Dal’Bosco *et al.*, 2020).

Diante do exposto, vale ressaltar a importância da nota técnica nº 04/2020 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) vinculada ao Ministério da Saúde, que traz orientações para Serviços de Saúde: medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (Anvisa, 2020). Tais ferramentas tornam-se necessárias para que os profissionais de saúde possam adaptar-se às mudanças no ambiente de trabalho diante do panorama vigente.

Nesse contexto, considerando-se a enfermagem uma categoria profissional que atua diariamente nos serviços de saúde, além de permanecer em contato direto com a população adscrita em seu *locus* de trabalho, torna-se importante analisar a sua atuação diante da pandemia por COVID-19, assim como as suas condições de trabalho e riscos ocupacionais inerentes a este período. Assim, esta pesquisa busca analisar as dificuldades existentes no ambiente de trabalho dos profissionais de enfermagem neste cenário, além de dispor de estratégias de melhoria diante de uma situação emergencial de saúde pública.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo, do tipo revisão integrativa, realizado entre os meses de março a junho de 2023. Conforme Mendes (2008), a revisão integrativa é um método de pesquisa que permite a síntese de estudos sobre determinado tema ou questão, de maneira sistemática, o que colabora para uma ampliação do conhecimento acerca da temática investigada. Para isso, seguiu-se as seis etapas propostas por este autor: (1) delimitação do tema e questão de pesquisa;

(2) busca das produções científicas nas bases de dados; (3) definição dos critérios de inclusão e exclusão dos estudos; (4) avaliação das informações encontradas nas publicações e análise crítica; (5) apresentação dos resultados; (6) síntese e conclusões dos achados.

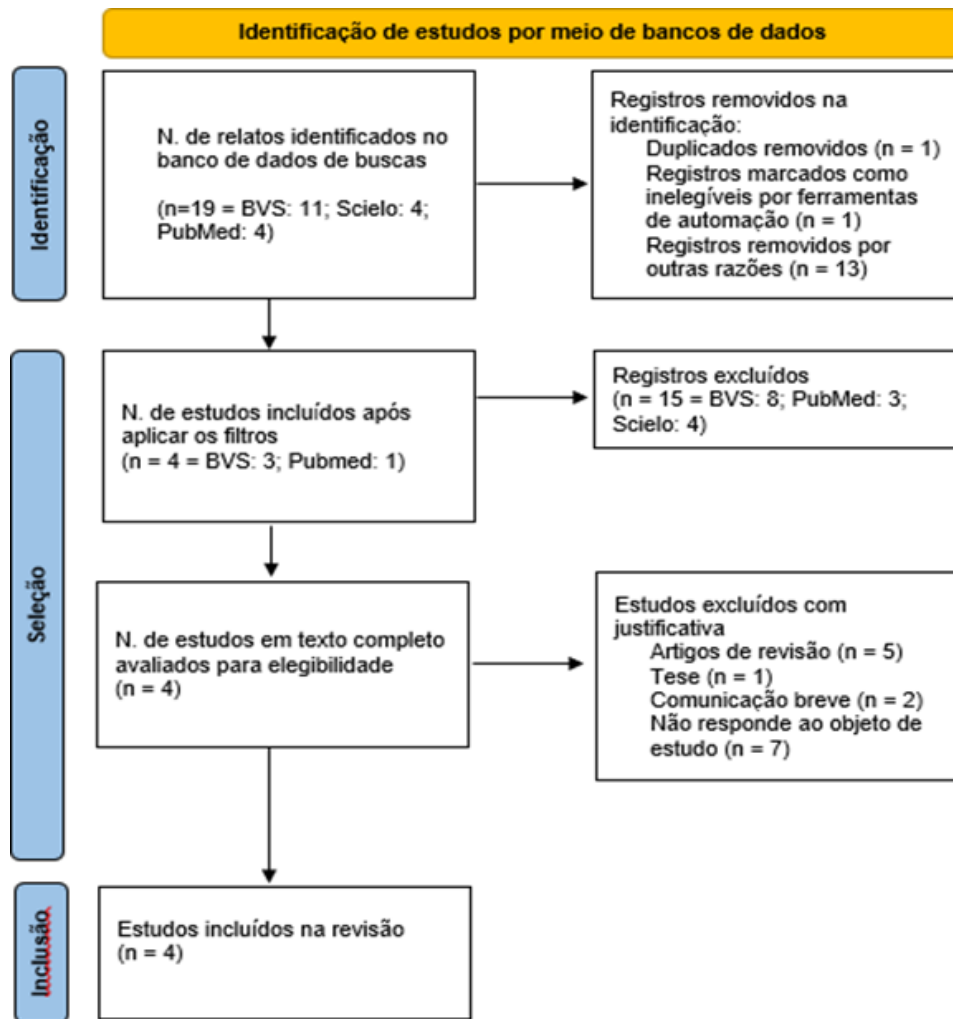
Para isso, elaborou-se uma pergunta norteadora por meio da estratégia PICO (acrônimo para *patient, intervention, comparison, outcomes*). O uso dessa estratégia permite formular a questão de pesquisa, além de recuperação de informação, com foco em evidências em saúde, sendo um dos modelos conceituais mais difundidos e utilizados (Eriksen; Frandsen, 2018). Com isso, a questão estruturada foi: qual é a produção científica existente sobre os impactos da pandemia por COVID-19 nas condições de trabalho e riscos ocupacionais dos profissionais de enfermagem? Assim, o primeiro elemento da estratégia (P) corresponde aos profissionais de enfermagem; o segundo (I), os impactos da pandemia por COVID-19; e o quarto elemento (O) condições de trabalho e riscos ocupacionais. O terceiro elemento não foi utilizado (C), pois esta revisão não traz comparações.

A busca dos estudos foi realizada nas seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), National Library of Medicine National Institutes of Health (PubMed) e indexadas na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Os termos selecionados nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) da BVS e *MeSH database* foram "Enfermagem", "Saúde do Trabalhador", "COVID-19", "Condições de Trabalho" e "Riscos Ocupacionais" (idioma português) e "Nursing", "Worker's Health", "COVID-19", "Work Conditions" e "Occupational Hazards" (idioma inglês).

Tais termos foram combinados de diferentes formas para garantir busca ampla, cujos cruzamentos em todas as bases de dados foram: "Enfermagem" AND "Saúde do Trabalhador"; "Enfermagem" AND "COVID-19"; "Enfermagem" AND "Condições de Trabalho"; "Enfermagem" AND "Riscos Ocupacionais"; "Enfermagem" AND "Saúde do Trabalhador" AND "COVID-19" AND "Condições de Trabalho" AND "Riscos Ocupacionais". Com a busca, foram identificados 19 estudos, sendo 11 na BVS, 4 na *SciELO* e 4 na *PubMed*.

Os critérios de inclusão estabelecidos foram: artigos completos disponíveis na íntegra, nos idiomas português, inglês e espanhol, publicados nos últimos cinco anos (2018 a 2022). Após realizada a leitura dos resumos e a análise da relação do assunto dos artigos com a temática em questão, foram excluídos 08 artigos por serem de opinião ou revisão, manuais oficiais, editoriais, comunicação breve, teses e dissertações, além de 07 artigos que não respondiam ao objeto de estudo, o que resultou em 04 artigos aptos para análise. Elaborou-se um fluxograma detalhado da estratégia de busca dos estudos conforme o *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA) (Galvão; Pansani; Harrad, 2015), disposto na Figura 1.

Figura 1. Fluxograma de seleção dos estudos conforme a estratégia PRISMA. Sobral, Ceará, Brasil, 2023.



Fonte: Dados da Pesquisa.

A partir da elegibilidade dos artigos, realizou-se uma leitura aprofundada do conteúdo, em sua integralidade, o que permitiu a construção de quadros contendo características pertinentes e objetivas dos estudos, que foram coletadas por meio de um roteiro semiestruturado elaborado pela pesquisadora (título do artigo, ano de publicação, autores, periódico e classificação pelo *Qualis* Capes, objetivos e tipologia dos estudos, além dos achados presentes nos resultados). Assim, foram elaboradas categorias de análise decorrentes do processo de interpretação e compreensão, dispostas nos resultados e discussões desta pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram selecionados para esta revisão integrativa 04 artigos, dos quais 03 estavam na BVS e 01 na base *PubMed*. Destes, identificaram-se 02 artigos disponíveis no idioma português, 01 em espanhol e um em inglês. Esses estudos estavam distribuídos entre os anos de 2020 a 2022, com predominância de 02 artigos no ano de 2020, como representado no Quadro 1.

Quadro 1. Caracterização dos artigos selecionados para o estudo quanto ao título, idioma e ano de publicação. Sobral, Ceará, Brasil, 2023.

Nº	Título	Idioma	Ano
1	Prevenção relacionada à exposição ocupacional do profissional de saúde no cenário de COVID-19	Português	2020
2	De cuidador a paciente: na pandemia da Covid-19, quem defende e cuidada enfermagem brasileira?	Português	2020
3	From chaos to control – experiences of healthcare workers during the early phase of the COVID-19 pandemic: a focus group study	Inglês	2021
4	Percepções de profissionais de enfermagem sobre suas condições de trabalho e saúde no contexto da pandemia de COVID-19	Português	2022

Fonte: Dados da Pesquisa.

Diante do quadro 1, é possível notar a frequência acentuada de estudos desde o ano de 2020, em que se iniciou a pandemia por COVID-19, acerca dos impactos desta no trabalho dos profissionais de saúde, entre estes, os da categoria de enfermagem. Nesse ínterim, os meios de comunicação mostram pesquisas realizadas por enfermeiros, a humanização na prestação de serviços, a importância da atuação da enfermagem por meio do desenvolvimento de ações de educação em saúde sobre medidas preventivas à contaminação pela doença, entre outros aspectos. Assim, estima-se o papel dos trabalhadores de enfermagem como fundamental para o enfrentamento dessa pandemia (Soares *et al.*, 2020).

No que tange aos objetivos dos artigos analisados, 03 (três) estudos buscaram refletir acerca das condições de trabalho do enfermeiro diante do contexto pandêmico. Além disso, 01 (um) estudo tratou das medidas necessárias de prevenção da doença pelos profissionais de saúde. Diante disso, tais estudos foram incluídos nesta revisão, considerando que respondem à necessidade de análise proposta.

Ademais, insere-se também a tipologia metodológica, em que predominam dois estudos descritivos, exploratórios e de abordagem qualitativa, assim como dois artigos reflexivos acerca da temática. Tais estratégias de pesquisa tornam-se importantes diante da investigação das características de um fenômeno recente, em que ainda não é possível dispor de um acervo científico suficiente para relatar suas causas e consequências a curto e longo prazo, tanto para o sistema de saúde como para aqueles que atuam nestes espaços por meio do atendimento à população.

Em relação aos critérios de avaliação de qualidade pelo *Qualis* Capes, observa-se que todos os estudos apresentam publicação em periódicos avaliados por este sistema, sendo as classificações dispostas no Quadro 2. Tais critérios são estabelecidos pela Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para a classificação dos periódicos no Brasil, por meio de estratos de qualidade, sendo: A1, o mais elevado, seguido por A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, este com peso zero (Capes, 2022).

Quadro 2- Classificação dos periódicos quanto ao *Qualis* CAPES. Sobral, Ceará, Brasil, 2023.

Título do periódico	Area/Classificação			Nº de artigos
	Interdisciplinar	Saúde Coletiva	Enfermagem	
Revista Enfermagem UERJ	B3	B3	B1	1
Revista Brasileira de Saúde Ocupacional	B2	B1	B2	1
Escola Anna Nery	B1	B1	B1	1
BMC Health Services Research	(*)	A1	A2	1
TOTAL				04

Fonte: Dados da Pesquisa.

* Ausência de classificação *Qualis* Capes.

Por meio do Quadro 2, observa-se que os periódicos identificados nesta revisão possuem classificações de qualidade. Com isso, evidencia-se que a temática da pandemia por COVID-19 e seus impactos no ambiente de trabalho dos profissionais de saúde corroboram para o conhecimento científico de forma significativa perante as necessidades da sociedade.

Nessa perspectiva, após leitura reflexiva, interpretativa e compreensiva dos artigos, foi possível delinear duas categorias de discussão: "Condições de trabalho e riscos ocupacionais do profissional de enfermagem no cenário da COVID-19" e "Prevenção da exposição ocupacional de enfermeiros frente à COVID-19".

"Condições de trabalho e riscos ocupacionais do profissional de enfermagem no cenário da COVID-19"

O trabalho da enfermagem é considerado complexo, diverso e multifacetado. Ademais, estes profissionais inserem-se em quatro grandes segmentos do mercado de trabalho (rede pública, privada, filantrópica e ensino), além de atuar nos diversos níveis de atenção à saúde (desde a atenção básica até a atenção hospitalar). Na prática de suas atividades, estes trabalhadores são expostos, muitas vezes, a condições de trabalho insatisfatórias e diversos riscos à saúde, chamados de riscos ocupacionais:

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em Portaria n.º 24, de 29 de dezembro de 1994, conceitua os riscos ocupacionais como: "agentes presentes nos ambientes de trabalho que podem afetar o trabalhador a curto, médio e longo prazo, provocando acidentes com lesões imediatas e/ou doenças denominadas profissionais ou do trabalho, que se equiparam a acidentes de

trabalho” (Brasil, 1994). Além disso, classifica tais riscos de acordo com sua natureza: física, química, biológica, ergonômica ou acidental. Assim, eles podem ser operacionais (riscos para acidente), comportamentais ou ambientais (físicos, químicos ou biológicos, ergonômicos), conforme Quadro 3.

Acrescenta-se que estudos vêm demonstrando a existência de riscos psicossociais no ambiente de trabalho. Estes são compreendidos como fontes diretas do estresse ocupacional que afetam a saúde dos trabalhadores e são criados pelo trabalho através de mecanismos sociais e psíquicos, podendo causar danos psicológicos, físicos e sociais aos indivíduos (Jacinto *et al.*, 2020).

Quadro 3 - Classificação dos principais Riscos Ocupacionais, de acordo com sua natureza. Brasil: 2026.

Riscos Físicos	Riscos Químicos	Riscos Biológicos	Riscos Ergonômicos	Acidentes
Ruídos	Poeiras	Vírus	Esforço físico intenso	Arranjo físico inadequado
Vibrações	Fumos	Bactérias	Levantamento e transporte manual de peso	Máquinas e equipamentos sem proteção
Radiações ionizantes	Névoas	Protozoários	Exigência de postura inadequada	Ferramentas inadequadas ou defeituosas
Radiações não ionizantes	Neblinas	Fungos	Controle rígido de produtividade	Iluminação inadequada
Frio	Gases	Parasitas	Imposição de ritmos excessivos	Eletricidade
Calor	Vapores	Bacilos	Trabalho em turno e noturno	Probabilidade de incêndio ou explosão
Pressões anormais	Substâncias, compostas ou produtos químicos em geral		Jornadas de trabalho prolongadas	Armazenamento inadequado
Umidade			Monotonia e repetitividade	Animais peçonhentos
			Outras situações causadoras de stress físico e/ou psíquico	Outras situações de risco que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes

Fonte: Brasil (1994).

Diante do contexto de pandemia por COVID-19, podemos observar diversos riscos ocupacionais a que os profissionais de saúde estão expostos, tais como: (1) biológicos: infecções

ocupacionais por COVID-19; (2) físicos: problemas de pele e estresse térmico pelo uso prolongado de Equipamentos de Proteção Individual (EPI); (3) químicos: exposições a toxinas pelo aumento no uso de desinfetantes; (4) ergonômicos: a sobrecarga de trabalho, a jornada extensa; (5) psicossociais: sofrimento psicológico, fadiga crônica, estigmatização, discriminação e assédio (OPAS, 2021).

Além disso, a pandemia mostrou o agravamento da precarização das condições de trabalho da enfermagem. Estudo realizado por Rucker *et al.* (2021) com profissionais de saúde suecos, inclusive enfermeiros, evidenciou a falta de distanciamento social no local de trabalho, receio diante da disponibilidade de EPI; adesão insuficiente às rotinas administrativas devido à ignorância ou estresse, e enfermarias com espaços inadequados, o que traz dificuldades no controle de infecção pela doença.

No Brasil, cita-se a pesquisa realizada por Galon, Navarro e Gonçalves (2020) para analisar as condições de trabalho dos profissionais de enfermagem no contexto da COVID-19, em que identificou-se a sobrecarga laboral, falta ou inadequação de recursos humanos e materiais, falta de espaços para descanso e alimentação, falta de capacitação, transferências repentinas de setor, adiamento de férias, pressão por produtividade e desumanização do trabalho, apesar de seus esforços contínuos diante da crise sanitária.

Destaca-se, ainda, as desigualdades sociais que marcam o trabalho da enfermagem no Brasil, afetado pelos salários baixos, pelo sucateamento dos serviços de saúde, a flexibilização das leis trabalhistas e fragilidades dos sistemas de proteção dos trabalhadores. Tais problemas advêm do crescimento de políticas econômicas neoliberais, aumento das formas de exploração do trabalho e restrição de práticas coletivas dos trabalhadores (Soares; Peduzzi; Costa, 2020).

Nessa perspectiva, a fim de se manter em atividade o máximo de profissionais em prol da redução dos impactos negativos desta situação de pandemia na sociedade, os cuidados para promoção da saúde e prevenção de doenças entre os trabalhadores do setor saúde devem ser priorizados (Gallasch *et al.*, 2020). Para isso, os profissionais devem ter acesso a EPI que conforme o MTE (Brasil, 1995) são dispositivos ou produtos, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho, que devem ser disponibilizados em número suficiente e com eficácia reconhecida, além do treinamento dos trabalhadores para o uso correto das barreiras à exposição e ajustes na organização dos fluxos operacionais dos serviços. Vale lembrar que tais medidas são de responsabilidade do empregador, conforme Norma Regulamentadora nº 06, do Ministério do Trabalho (Brasil, 2015).

Diante do exposto, torna-se necessário que medidas de proteção, promoção da saúde e melhoria nas condições de trabalho sejam adotadas de forma prioritária pelos gestores federais, estaduais e municipais, assim como das unidades de saúde privadas a que estes profissionais estejam vinculados, o que permite a proteção e a dignidade recomendadas por órgãos e entidades trabalhistas locais, nacionais e internacionais.

“Prevenção da exposição ocupacional de enfermeiros frente à COVID-19”

Sabe-se que os trabalhadores da saúde estão na linha da frente de resposta à COVID-19 e, como tal, estão expostos a perigos que os colocam em risco de infecção. Os perigos incluem a exposição a agentes patogênicos, longas horas de trabalho, angústia psicológica, fadiga, esgotamento profissional, estigma, além da violência física e psicológica.

Nesse cenário, a Organização Mundial da Saúde (OMS) realizou campanhas para solicitar níveis adequados de pessoal e rotação clínica nas instalações de cuidados de saúde, assim como medidas para minimizar os riscos psicossociais, por meio do fornecimento de acesso a ações de Saúde Mental e apoio psicossocial aos profissionais de saúde (WHO, 2020). Os autores Galon, Navarro e Gonçalves (2022) destacam algumas estratégias de apoio psicológico, como: a criação de locais para descanso e alimentação, a criação de canais de comunicação entre profissionais e suas famílias, além de visitas diárias de psicólogos ou recursos de atendimento *online*.

Conforme orientações publicadas pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2021), a exposição ocupacional dos profissionais da saúde ao SARS-CoV-2 pode ocorrer desde a inserção nos estabelecimentos de saúde quanto na comunidade, assim como no percurso de ida e volta ao local de trabalho. Assim, as instituições de saúde são responsáveis por oferecer condições adequadas para que seus trabalhadores realizem sua função de modo a não colocar a si e outras pessoas em situação de risco de exposição ao vírus.

O estudo realizado por Gallasch *et al.* (2020) ressalta que para reduzir a transmissão do vírus nos serviços de saúde, devem ser realizadas ações de prevenção antes da chegada do paciente na unidade, como reagendando dos atendimentos eletivos ou realizando entrevista e orientações prévias sobre os seus sintomas. Caso não seja possível um contato anterior, havendo a busca pela assistência, deve-se prezar por ações de triagem clínica, considerando os sintomáticos respiratórios leves e graves, conforme orientado no Protocolo Clínico de Manejo Clínico para o Novo Coronavírus (Brasil, 2020).

Cita-se ainda que a Anvisa (2020) dispôs em Nota Técnica nº 04/2020, atualizada em 2022, que os serviços de saúde devem fornecer capacitação para todos os profissionais de saúde (próprios, terceirizados, temporários) para a prevenção da transmissão de agentes infecciosos, considerando o treinamento para o uso correto e seguro dos EPI's, inclusive os dispositivos de proteção respiratória (por exemplo, máscaras cirúrgicas e máscaras N95/PFF2 ou equivalente). Destaca-se que respiradores com classificação PFF2 seguem as normas brasileiras ABNT/NBR 13698:2011 e ABNT/NBR 13697:2010 e a norma europeia e apresentam eficiência mínima de filtração de 94%. Já os respiradores N95 seguem a norma americana e apresentam eficiência mínima de filtração de 95%. Ambos são considerados equivalentes (Anvisa, 2021).

Acrescenta-se a necessidade de que os gestores das unidades de saúde executem a implementação de mecanismos e rotinas que alertem prontamente as equipes dos serviços de saúde, incluindo os setores de controle de infecção, epidemiologia, direção do serviço de saúde,

saúde ocupacional, laboratório clínico e equipes de profissionais que atuam na linha de frente da assistência, acerca dos casos suspeitos ou confirmados de infecções pelo COVID-19 (Anvisa, 2020).

O Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), por meio do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, em seu Capítulo I, que trata dos Direitos dessa categoria, traz que é um direito exercer a profissão com segurança técnica, científica e ambiental, em um local de trabalho livre de riscos e danos, em respeito à dignidade humana e à proteção dos direitos destes profissionais. Soma-se a isso o direito destes de recusar-se a executar atividades que não lhe ofereçam segurança e, inclusive, suspender as atividades, individuais ou coletivas quando o local de trabalho não oferecer condições seguras para o exercício profissional e/ou desrespeitar a legislação vigente, ressalvadas as situações de urgência e emergência (Cofen, 2017).

Do exposto, convém reiterar a importância das atividades de enfermagem dentro das instituições de saúde, por meio de cuidados de prevenção, promoção, recuperação e reabilitação da saúde dos pacientes, independentemente do agravamento à saúde que estes são acometidos. Assim, estes profissionais, que são formam a maior parte dos trabalhadores da saúde, necessitam da garantia dos seus direitos profissionais, o que inclui níveis adequados de segurança ocupacional, salários dignos, valorização da categoria, condições de trabalho satisfatórias, assim como redução da jornada de trabalho.

Em síntese, a situação de pandemia por COVID-19, apesar de seus impactos negativos nos sistemas de saúde do Brasil e de diversos países, mostrou a realidade vivenciada pelos profissionais de saúde nos seus locais de trabalho, diante da sobrecarga de atividades e falta de infraestrutura para lidar com emergências em saúde pública de alta morbimortalidade. Espera-se que estes achados suscitem reflexões e novas perspectivas para a melhoria do bem-estar biopsicossocial da enfermagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise sanitária instaurada durante a pandemia por Sars-Cov-2, ocasionou situações de estresse, sobrecarga e desgaste físico nos profissionais de saúde, incluindo os da categoria de enfermagem. O medo, a ansiedade, o lidar com a morte e o fato de manter-se afastado de familiares, intensificou os problemas psicológicos destes trabalhadores.

Ademais, a desvalorização profissional, associada a salários baixos e jornada de trabalho excedente, são características que marcam a profissão antes do contexto de pandemia, e que foram evidenciadas para o Estado e a sociedade. Com isso, torna-se necessário que medidas de proteção ocupacional sejam estabelecidas para aqueles que atuam diariamente na missão de salvar vidas.

É de suma importância que os gestores das instituições de saúde realizem ações de capacitação permanente de seus colaboradores acerca dos protocolos clínicos e manejo de patologias a que os mesmos estão expostos em seu labor. Sugere-se que novos estudos busquem

analisar a realidade da enfermagem brasileira, assim como a nível mundial, a fim de que sejam promotores da criação de políticas públicas voltadas para a melhoria do ambiente de trabalho e prevenção de riscos ocupacionais.

REFERÊNCIAS

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Nota Técnica GVIMS/GGTES/Anvisa nº 04/2020, atualizada em 09/03/2022. *Orientações para serviços de saúde: medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2)*. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/notas-tecnicas/2020/nt-04-2020-para-publicacao-09-03-2022-final.pdf/view>. Acesso em: 01 mai. 2023.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Novo Coronavírus. Covid-19: tudo sobre máscaras faciais de proteção*. Brasília, DF; 15Jan 2021 [citado em 26 Abr 2021]. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2020/covid-19-tudo-sobre-mascaras-faciais-de-protecao>. Acesso em: 05 mai. 2023.

BRASIL. *Portaria nº 3.214 de 08 de junho de 1978*. Aprova as normas regulamentadoras que consolidam as leis do trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho. NR - 6. Equipamento de Proteção Individual - EPI. In: *Segurança e Medicina do Trabalho*. 29. ed. São Paulo: Atlas, 1995. 489 p. (Manuais de legislação, 16).

BRASIL. *Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990*. Lei Orgânica da Saúde. Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho. *Portaria n.º 24, de 29 de dezembro de 1994*. Disponível em: <https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=181316>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *NR 06 – Equipamento de Proteção Individual – EPI*. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-06.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES). *Protocolo Clínico de Manejo Clínico para o Novo Coronavírus (2019-nCoV)*. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/protocolo-de-manejo-clinico-para-o-novo-coronavirus2019-ncov/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Critérios de classificação Qualis – Ensino*. [internet]. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/qualis/ensino.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023.

CARAM, C. S. et al. *Sofrimento moral em profissionais de saúde: retrato do ambiente de trabalho em tempos de COVID-19*. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 74, supl. 1. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/gRV3fH7fmrrGFrzT96F7drf/?lang=pt>. Acesso em: 14 mai. 2023.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. *Resolução COFEN nº 564, de 6 de novembro de 2017*. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Brasília (DF), 2017. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html. Acesso em: 15 mai. 2023.

- COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. *Pesquisa traça o perfil da enfermagem*. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/pesquisa-inedita-traca-perfil-da-enfermagem_31258.html#:~:text=A%20pesquisa%20sobre%20o%20Perfil,pessoas%20de%20até%2080%20anos. Acesso em: 14 abr. 2023.
- DAL' BOSCO, E. B. *et al.* A saúde mental da enfermagem no enfrentamento da COVID-19 em um hospital universitário regional. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 73, supl. 2, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/ck98YrXKsh6mhZ3RdB8ZVx/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 14 abr. 2023.
- ERIKSEN, M. B.; FRANDSEN, T. F. The impact of patient, intervention, comparison, outcome (PICO) as a search strategy tool on literature search quality: a systematic review. *Journal of The Medical Library Association*, v. 106, n. 4, p. 420-431, Oct. 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6148624/>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- FERNANDEZ, M. *et al.* Condições de trabalho e percepções de profissionais de enfermagem que atuam no enfrentamento à covid-19 no Brasil. *Saúde e Sociedade* [online], v. 30, n. 4. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021201011>. Acesso em: 14 fev. 2023.
- GALLASCH, C. H. *et al.* Prevenção relacionada à exposição ocupacional do profissional de saúde no cenário de COVID-19. *Revista Enfermagem UERJ*, v. 28, p.e49596, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/49596>. Acesso em: 28 fev. 2023.
- GALON, T.; NAVARRO, V. L.; GONÇALVES, A. M. S. Percepções de profissionais de enfermagem sobre suas condições de trabalho e saúde no contexto da pandemia de COVID-19. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional* [online], v. 47, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369/15821PT2022v47ecov2>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- GALVÃO, T. F.; PANSANI, T. S. A.; HARRAD, D. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 24, n. 2, 2015.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em: 14 mai. 2023.
- MACHADO, M. H. *et al.* Mercado de trabalho em enfermagem no âmbito do SUS: uma abordagem a partir da pesquisa Perfil da Enfermagem no Brasil. *Divulgação em Saúde para Debate* Rio de Janeiro, n. 56, p. 52-69, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3yA7817>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- MACHADO, M. H. Os Profissionais de saúde em tempos de COVID-19 - a realidade brasileira. *Portal Fiocruz*, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3qXGvdK>. Acesso em: 14 mai. 2023.
- OIT. Organização Internacional do Trabalho. *Trabalho Decente*. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. *COVID-19: Saúde e segurança ocupacional para os profissionais da saúde*. 2021. Disponível em: [https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/53951/OPASWBRAPEHCOVID-19210020_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=Esses%20riscos%20ocupacionais%20incluem%20\(a,discriminação%20e%20violência%20física%20e](https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/53951/OPASWBRAPEHCOVID-19210020_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=Esses%20riscos%20ocupacionais%20incluem%20(a,discriminação%20e%20violência%20física%20e). Acesso em: 15 mai. 2023.
- OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. *O que é a covid-19?* Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 13 jun. 2023.

RUCKER, F. et al. From chaos to control – experiences of healthcare workers during the early phase of the COVID-19 pandemic: a focus group study. *BMC Health Services Research*, n. 1219, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12913-021-07248-9>. Acesso em: 15 out. 2022.

SOARES, C. B., PEDUZZI, M.; COSTA, M. V. Os trabalhadores de enfermagem na pandemia Covid-19 e as desigualdades sociais. *Revista Escola de Enfermagem da USP*, v. 54, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2020ed0203599>. Acesso em: 15 jun. 2023.

SOARES, S. S. S. et al. De cuidador a paciente: na pandemia da Covid-19, quem defende e cuida da enfermagem brasileira? *Escola Anna Nery [online]*, v. 24, n. spe, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0161>. Acesso em: 15 jun. 2023.

WHO. World Health Organization. *WHO calls for healthy, safe and decent working conditions for all health workers, amidst COVID-19 pandemic*. Genebra, 28 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/28-04-2020-who-calls-for-healthy-safe-and-decent-working-conditions-for-all-health-workers-amidst-covid-19-pandemic>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SANTOS, A. L. P. et al. Dificuldades enfrentadas por puérperas primíparas no processo do aleitamento materno atendidas pelo programa de pré-natal em uma unidade básica de saúde de Cacoal/RO. *Revista Eletrônica FACIMEDIT*. V.6, n.1, p.30-42, 2017.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Departamento Científico de Aleitamento Materno. *Amamentação: A base da vida*. 2018. Disponível em: http://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/21162c-DC-Amamentação-A base da vida.pdf. Acesso em: 08 de Setembro de 2020.

TEIXEIRA, M. A. et al. Cuidar em enfermagem às famílias que vivenciam a amamentação. *Rev enferm UFPE on line*. Recife. v.11, n.8, p.3190-3197, 2017.

URBANETTO, P. D. G. et al. Facilidades e dificuldades encontradas pelas puérperas para amamentar. *Rev. fundam. care. Online*. v.10, n.2, p.399-405, 2018.

VASQUEZ, J. et al. Aleitamento materno: estudo comparativo sobre o conhecimento e o manejo dos profissionais da Estratégia Saúde da Família e do Modelo Tradicional. *Rev. Bras. Saude Mater. Infant*. v.15, n.2, 2015.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. *Journal Advanced Nursing*. Oxford, v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005.